


A LÍNGUA QUE FALAMOS NÃO É A LÍNGUA QUE ESCREVEMOS: O QUE A ESCOLA TEM FEITO?

 DOI: 10.5281/zenodo.7349374

Maria Aparecida Perazzo de Araújo Bento

Possui graduação em Letras - Espanhol pela Universidade Ibirapuera (2005 e Pós-graduação em Língua, Literatura e Identidade Cultural pelo Instituto Superior de Educação Eugênio Gomes (2008). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Literatura Brasileira. Mestranda em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais pelo Instituto de Educación Superior Kyre'ySão. E-mail: cida.luiza.luis@outlook.com

Jadilson Marinho da Silva

Graduação em Letras pelo Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco (2010), graduação em Pedagogia pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2021), especialização em Estudos Linguísticos e Literários pela Universidade Cândido Mendes (2015), especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências Educacionais (2014), especialização em Língua Brasileira de Sinais (2020), especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2021), Mestrado (2017) e Doutorado em Ciências da Educação (Diploma reconhecido pela Universidade Federal de Goiás). Atualmente leciona no Ensino Superior (graduação e pós-graduação) e no Ensino Médio. Possui experiência na área de Letras e Educação com ênfase em Literatura Brasileira, Literatura Comparada, Educação Inclusiva, formação docente, avaliação e currículo. E-mail: jadilson.marinho@gmail.com

Resumo

Este trabalho não tem a intenção de fazer o professor mudar a sua prática, não radicalmente, mesmo porque cada escola, cada região onde a escola se localiza tem as suas especificidades e cada professor tem as suas escolhas, mas levá-los a uma reflexão sobre o ensino de língua materna não somente centrado na norma culta, mas, e principalmente, o como as regras desta norma devem ser apresentadas ao aluno, utilizando-se do repertório linguístico e social dele,

mostrando-lhe como sua **língua** é importante para adquirir o conhecimento das variantes de prestígio. Tem sim, a intenção de pensar as diferenças entre a norma culta e a fala do aluno, distante das normas impostas pela Gramática prescritiva, mas dotadas das mesmas regras comuns a qualquer língua. Com isso, é possível perceber que a discrepância entre o que a escola ensina e o que o aluno sabe, são fatores extralinguísticos como a realidade sociocultural das famílias de origem dos alunos. Assim, o ensino deve ser centrado no aprendizado efetivo do uso que o aluno faz e fará desses conhecimentos para além da escola, uma vez que todos esses saberes pretendidos pela escola devam servir para todas as situações da vida do aluno.

Palavras-chave: Ensino. Língua. Gramática. Fala. Escrita. Aluno.

Abstract

This work does not intend to make the teacher change his practice, not radically, even because each school, each region where the school is located has its specificities and each teacher has their choices, but to lead them to a reflection on the teaching of the mother tongue not only centered on the cultured norm, but, and mainly, how the rules of this norm should be presented to the student, using his linguistic and social repertoire, showing him how his language is important to acquire the knowledge of prestige variants. It does have the intention of thinking about the differences between the educated norm and the student's speech, far from the norms imposed by prescriptive grammar, but endowed with the same rules common to any language. With this, it is possible to perceive that the discrepancy between what the school teaches and what the student knows, are extralinguistic factors such as the sociocultural reality of the students' families of origin. Thus, teaching must be centered on the effective learning of the use that the student makes and will make of this knowledge beyond the school, since all this knowledge intended by the school must serve all situations in the student's life.

Keywords: Teaching. Tongue. Grammar. He speaks. Writing. Student.

INTRODUÇÃO

Qualquer que seja a escolha do professor quando vai planejar suas aulas de Língua Portuguesa, a inquietação é sempre a mesma: O que ensinar para atender às necessidades de alunos que sabem português? Como lidar com as diferenças sociais entre fala e escrita?

A partir desses questionamentos e das dificuldades que alunos do Ensino Médio têm em compreender porque a gramática “da escola” é tão diferente daquela que ele fala e escreve, é que surgiu a ideia deste artigo, que busca compreender de que modo à escola trata a gramática que o aluno conhece e como ela propõe o ensino da norma padrão.

Assim, vai-se observando que para atender às necessidades de aprendizado da norma culta, variante de prestígio, é antes fundamental que o professor tenha

muito claro os conceitos de Gramática e Língua, para planejar seu trabalho com o foco nas “regras” que o aluno usa em sua variante, comparando os exemplos do livro didático com exemplos das falas dos alunos e, com um novo olhar do professor sobre a “língua” do aluno, ficará mais fácil, talvez, estimulá-lo a aprender a árdua linda “língua” da escola.

2. DISCUSSÃO

2.1. Possíveis razões para as diferenças entre a fala e a escrita

Desde que a primeira gramática foi escrita no Brasil, Arte de *grammatica portugueza* (1816) de Inácio Felizardo Fortes, (Kemmler, Rolf, 2013) estabeleceu-se uma barreira entre a língua falada e a língua escrita, a língua de prestígio social e a língua falada e também escrita pelo povo. Isto porque a gramática escrita estava a serviço dos ideais linguísticos dos colonizadores, ou seja, era veículo para que os saberes e a ideologia do dominador catequisassem os nativos. Na gramática escrita não incluía a fala dos povos dominados, bem como seus costumes, crenças, valores, nem tampouco a língua nativa ou gramática internalizada que todos aqueles dominados tinham.

Naquele momento histórico é impossível pensar em uma gramática que agregasse a diversidade que o Brasil já tinha, desde a dominação portuguesa, haja vista as muitas tribos indígenas, cada uma com uma língua própria. Hoje a gramática que nos é apresentada nos livros didáticos, mesmo aqueles mais atualizados e revisados por especialistas, não mudou muito no que se refere à inclusão de todos os falantes do português do Brasil.

Ainda hoje a gramática pode ser considerada um instrumento de repressão, (Ferreira Goulart) não apenas no que concerne às regras impostas a todos, mas principalmente repressora no âmbito social, isto é, aqueles que não tiveram oportunidade de estudar e “dominar” as regras gramaticais do “bom falar” e do “bom escrever”, para pertencer ao seleto grupo dos que falam as variantes urbanas de prestígio, serão discriminados e excluídos dos melhores empregos seja no setor público, seja no setor privado. Estas regras, normas e variantes de prestígio são excludentes para aqueles que delas não participam, desde uma entrevista de emprego, até a aspiração a um cargo seletivo. Nestes casos a exclusão se dá através da língua escrita, mesmo que o indivíduo concorra a um cargo de baixa

remuneração e nenhuma projeção social. Por isso, a gramática que a escola “ensina” pode sim, ser uma ferramenta de controle na ascensão social.

Com isso é possível afirmar que as gramáticas de língua portuguesa no Brasil, descrevem a estrutura do idioma lusitano, mas não retratam a fala de sua gente, menos ainda há, em alguma parte destas gramáticas, um estudo dedicado ao Tupi – Guarani, valorizando esta língua já existente no Brasil antes da chegada dos colonizadores. Por isso, nenhum estudante brasileiro conhece outra língua que não seja a língua do dominador do passado e do presente, na qual ele não se vê representado.

Temos, portanto, uma disparidade entre a fala e a escrita do português no Brasil, pois a gramática normativa é também prescritiva para a estrutura do português de Portugal e com isso, a língua brasileira real, falada pelo povo não tem o status de uma “Gramática da Língua Brasileira”. O que a escola tem feito neste sentido? Muitas são as pesquisas na área de Linguística que ajudaram educadores a mudar sua percepção em relação às variantes em que a língua se apresenta, felizmente. De acordo com Sírio Possenti, são três conceitos básicos de gramática, seja, no primeiro conceito diz-se “O termo *gramática* designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem “falar e escrever corretamente”. [...] (O texto na sala de aula) p.49. O segundo conceito refere-se “ao conjunto de regras que um cientista dedicado ao estudo de fatos da língua encontra nos dados que analisa a partir de uma certa teoria e de um certo método” [...] p. 47; já no terceiro conceito a gramática é mais livre porque diz respeito às regras que o falante aprendeu naturalmente na sua comunidade linguística, por isso, talvez, seja esta a gramática que efetivamente funciona, porque, embora fora da escola, isto é , dos compêndios e tratados de gramática, ela é levada para a escola pelos alunos de diferentes camadas sociais.

É fundamental que o professor saiba claramente associar cada um conceito de gramática, aos conceitos de língua correspondente. Possenti descreve estes conceitos: “o primeiro conceito é a chamada língua padrão ou norma culta. As outras formas de falar “ou escrever” são consideradas erradas, não pertencentes à língua. P.49. Fica claro pois, que este conceito de língua relacionado ao primeiro conceito de gramática ainda é a língua eleita pela escola e pela maioria dos professores de língua portuguesa. Ainda segundo Possenti:

“O segundo conceito de língua também é excludente em relação aos fenômenos, não tanto por só incluir partes, mas por incluí-las apenas de certo modo” [...] p.49. Neste conceito percebe-se o protagonismo da escola, de autores e editores de livros didáticos e dos professores que os escolhem, neste caso conduzindo o que o aluno deve aprender. No terceiro conceito o autor diz: “[...] língua é o conjunto de variedades utilizadas por uma comunidade, reconhecida como heterônimas. Isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua” p.50

Analisando este terceiro conceito de língua, parece evidente que é este tipo mais usado pelos alunos e que a escola ainda não se abriu para o fato de que é o aluno o maior prejudicado, uma vez sua língua não é reconhecida, nem tampouco representante de sua realidade social, econômica e cultural. O aluno que observa estes fatos, sente-se um estrangeiro que precisa aprender o “idioma” da escola e de toda a sociedade letrada da qual inevitavelmente precisa participar. Por isso, pode-se dizer que a escola ainda tem como foco o ensino da língua culta padrão e grande parte dos seus professores não conseguem se desprender da “velha” gramática e dos livros didáticos que privilegiam esta língua. Sobre estes fatos, Possenti diz:

O que já é sabido não precisa ser ensinado, de forma que os programas anuais poderiam basear-se mais num levantamento do que falta ser atingido do que num programa hipoteticamente global que vai do simples ao complexo, preso a uma tradição que não se justifica. P.37

2.2. Do uso da língua no cotidiano para o ensino da gramática

Há, entretanto, uma minoria de professores que ousam ensinar as regras gramaticais que estão nos livros tendo como base a realidade linguística do aluno e a fala que cada um traz para a escola, como por exemplo, se servir dos diferentes sentidos que algumas palavras tomam nas relações de comunicação entre alunos e professores, como a palavra “moral”, cujo significado no dicionário:

Moral é um substantivo que pode ser tanto masculino como feminino, sempre dependendo do contexto. O termo tem origem na palavra latina *moralis*, que significa “relacionado aos costumes”.

O termo moral também pode ser um adjetivo quando este é utilizado para descrever alguém ou um comportamento. “Ter moral” ou “ser de moral” refere-se a uma pessoa com bons costumes e que se comporta de maneira adequada e aceita pelas convenções sociais.

No entanto, este mesmo termo, no contexto comunicativo dos alunos adolescentes, muda de classe gramatical, pois funciona como adjetivo, nas frases tantas vezes usadas na sala de aula por essa “galerinha”, como nos alguns exemplos:

1. “Esta professora é moral!”
2. “A festa foi moral!”

Ou mesmo quando volta a ser substantivo, ganha um significado completamente novo, por exemplo, em: “E aí moralzinha?”, “moralzinha é ainda nesta frase um substantivo sobrecomum, o que não é exatamente uma regra, pois em outras frase pode ocorrer com flexão normal quando a mesma pergunta é dirigida a alguém do sexo masculino, como em; “E aí “moralzinho”, blz?”. Semanticamente o termo “moral”, mesmo mudando de classe gramatical, em contextos bastante singular, como os exemplos acima, o significante sofre muitas alterações como: “moralzinha”, “moralzinho”, o cerne do seu significado, não muda, ou seja, a palavra “moral” sendo algo positivo, conserva as qualidades de um termo ao qual todos gostam de ser referidos e, ainda que inconscientemente, o aluno sabe disso.

A escola, e mesmo os livros didáticos mais atualizados trazem este tipo de situação? Não, porque quem vivencia e por isso, deve valorizar esta língua falada pelo aluno, é o professor, não somente o de língua materna, mas todos os professores de todas as áreas que estão inseridos nestes contextos de fala dos alunos, afinal eles convivem com esses alunos que se utilizam dos mesmos mecanismos linguísticos para interagirem nas aulas de todas as disciplinas, logo, esta realidade não é exclusiva do professor de língua portuguesa. Estes professores devem, portanto, fazer da gramática, muitas vezes estática e abstrata, e por isso quase sempre sem sentido, ganhar movimento e ajudar o aluno a perceber que a fala dele pode ser útil para o seu aprendizado da norma que a escola propõe e que a sociedade privilegia. Neste sentido, pode-se dizer que o ensino da língua materna deve estar muito mais no domínio de alunos e professores do que em poder da escola, dos gramáticos e dos livros didáticos como tem sido até hoje.

Na maioria das escolas públicas brasileiras, o livro didático é o material mais utilizado nas aulas de língua portuguesa, quando não o único; dessa forma, seria interessante que a abordagem dos conteúdos seriam revistos na perspectiva do aluno que se depara com a gramática do livro didático e aquilo que ele usa no seu dia a dia, e que funciona muito bem, entra em choque; isso não significa dizer que o

aluno não deva aprender a norma culta, mesmo porque é esta variante que a sociedade cobrará dele, mas sim o modo como o professor, na maioria das vezes, ensina, fazendo o aluno sentir que é incapaz de aprender falar e escrever diferente de tudo que ele conhece e, por isso diz “português é complicado”, “não gosto das aulas de português”, um desabafo comum entre os estudantes.

O professor necessita de livros didáticos que ofereçam propostas de como trabalhar a norma culta com exemplos da linguagem do aluno e talvez consiga dar às aulas de português, um sentido maior, podendo responder a questões como: “Para que serve a gramática que estou estudando?” , “Como ou em que vou usar este aprendizado quando sair da escola?” e “por que é importante falar e escrever bem?”. As Orientações Curriculares do Ensino Médio (OCEM) trazem propostas que se não respondem a estes questionamentos, podem ajudar o professor a encontrar respostas:

“[...] o ensino médio deve atuar de forma que garanta ao estudante a preparação básica para o prosseguimento dos estudos, para a inserção no mundo do trabalho e para o exercício cotidiano da cidadania, em sintonia com as necessidades políticas -sociais de seu tempo. [...]

[...] as ações realizadas na disciplina Língua portuguesas, no contexto do ensino médio, deve propiciar ao aluno o refinamento de habilidades de leitura e de escrita, de fala e de escuta. Isso implica tanto a ampliação contínua de saberes relativos à configuração, ao funcionamento e a circulação dos textos quanto ao desenvolvimento da capacidade de reflexão sistemática sobre a língua e a linguagem. [...]” (BRASIL, 1998, p.18).

Partindo das propostas do que refere as OCEM acima descrito, é possível mudar o paradigma de que “Português é difícil”, fazendo o aluno perceber que para tudo que fazemos existem normas, regras, das quais não podemos escapar e, com a língua não poderia ser diferente, bem como despertar nele a certeza de que todas as línguas tem suas regras e aprendê-las em toda a sua complexidade, o ajudará a desenvolver tantas redes neurais quantas lhes forem necessárias para a aquisição de conhecimentos cada vez mais complexos; mostrar ao aluno que todo conhecimento passa pela linguagem, seja ela verbal, não verbal, oral ou escrita e que, tanto o conhecimento gramatical que ele tem, quanto o que deverá aprender na escola, lhe serão de grande importância para toda a sua vida.

A língua materna deve ser compreendida pelo aluno, não apenas como uma disciplina em si, estanque de todas as outras, ao contrário, o ensino de língua deve ser o veio que perpassa todas as áreas do conhecimento para formar uma unidade

de sentido e tirar da língua portuguesa, o status de “estrela”, com relação às outras disciplinas já que todas devem cumprir a função de trabalhar a linguagem na sua totalidade.

Outra questão importante no que diz respeito ao ensino da língua materna, é trazer não somente a fala do aluno para o estudo de gramática, mas se utilizar dos exemplos que ele usa e ouve com frequência e transformar essas falas em debates bem mais profundos do que o aluno possa imaginar. Um exemplo disso é uma frase que apareceu em uma foto do site ***campograndenews.com.br*** em um muro pichado, onde se lê: **“Eu pixo e vc pinta vamo ve quem tem mais tinta?”** nesta frase, além de poder trabalhar questões linguísticas como sujeito e predicado, é uma excelente oportunidade para a discussão sobre o papel social dos sujeitos; de um lado, o sujeito que picha, que assume a ação de vandalizar ou denunciar, seja qual for o ângulo que esse sujeito será visto pelos leitores da frase é um sujeito político, consciente das suas ações, sejam elas certas ou erradas; do outro lado, pergunta quem é o sujeito que pinta, qual a sua representação social? Quem é ele? O poder público? O proprietário do prédio pichado? Se todos usam tinta, por que estão de lados opostos? Como se vê, são temas que podem desencadear um debate interdisciplinar riquíssimo sobre ética, respeito àquilo que é público, cidadania como direitos e deveres e a consciência de que “quem paga a conta” somos todos nós; sensibilizar o aluno para o fato de que cometer qualquer ato de vandalismo com as coisas, não prejudica apenas um grupo, no caso, um grupo de pichadores, mas todos n’s, pois todos pagamos a conta dos recursos que as prefeituras vão gastar para reparar os danos causados nos muros, ruas e avenidas das cidades.

O estudo do período composto por coordenação pode ser uma tortura, algo surreal para a maioria dos alunos mesmo no Ensino Médio e maior ainda para os alunos das últimas séries do Ensino Fundamental, felizmente há como o professor suavizar essa aridez, ou concretizar ideias que parecem tão abstratas, por exemplo, perguntando ao aluno se sua mãe tem edredom em casa, ele obviamente vai estranhar, mas o professor vai explicar que esse acessório de cama pode aparecer de várias formas, isto é, completo com o jogo de lençol, ou separado, mas todos fabricados com o mesmo padrão de tecidos e cores. Logo, o aluno vai se perguntar o que este assunto tem a ver com a aula de português, e o professor, lógico estará pronto para responder que, do mesmo modo que esses acessórios são vendidos juntos ou separados e que quem os compra pode escolher, pois embora sejam

peças independentes, há uma relação de combinação, o que se chama de coordenada, assim também nos períodos compostos, o falante pode escolher somente uma oração ou liga-la a outra de forma independente, mas sabendo que há uma relação semântica de combinação, por isso recebe o nome de período composto por coordenação, como em: “Você adora, a Som Livre toca” e assim, explicar porque um pode aparecer próximo da outra, que o sentido de uma está ligado ao sentido da outra, tudo isso é claro, explicando ao aluno, o que é campo semântico.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Felizmente, nem todos os professores seguem um ensino abstrato da língua, ao contrário, há aqueles que fazem uma verdadeira ginástica mental para levar até os alunos a gramática normativa sem sequer abrir o livro para os exemplos prontos; em vez disso usam a linguagem do aluno, as gírias, as músicas que ele escuta, mesmo aquelas que fazem parte de uma enxurrada midiática, o professor leva as letras dessas músicas para a sala de aula sem qualquer rasgo de preconceito. Mostra aos alunos que todos nós somos responsáveis por movimentar a língua e tirá-la dos livros e das gramáticas para o melhor uso que possamos fazer dela, desse modo, o que poderia ser um problema, “traduzir” a norma culta para o aluno, torna-se uma ferramenta em favor do professor e do aluno.

Um leitor deste artigo poderia se perguntar se a autora tem a pretensão de sugerir uma “gramática” para cada escola; a resposta, evidentemente seria negativa, mas se levarmos em conta a necessidade de todos os alunos aprenderem a norma culta e não se sentirem excluídos do exemplo que os livros didáticos trazem, a resposta poderia ser positiva sim, no sentido de que cada professor deva ser um observador atento dos falares dos alunos e usar estas variantes como material pedagógico, demonstrar que todos sabem gramáticas no sentido mais abrangente e democrático do termo e que, dominar a norma culta padrão é fundamental para o exercício pleno de sua cidadania, pois, quanto mais variantes ele conhecer, maior será a sua participação no mundo letrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio: Linguagens, códigos e suas tecnologias: Conhecimento de Línguas Estrangeiras. Vol. 1, Brasília: MEC Secretaria da Educação Básica. 2006.

KEMMLER, Rolf. A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a Arte de grammatica portugueza (1816) de Inácio Felizardo Fortes. **Confluência**, p. 61-81, 2013.